

Ata da 5ª Reunião Plenária do Conselho Estadual da Mulher

Às nove horas do dia sete de julho de dois mil e dezessete, nas dependências da Casa dos Direitos Humanos- C.D.H, situada à Av. Amazonas, 558,7º andar, Centro, Belo Horizonte, foi realizada a quinta reunião plenária do Conselho Estadual da Mulher- CEM. Estavam presentes as Conselheiras Titulares: Daniela Auad (Notório Saber); Gisella Pereira Lima (I.P.R); Maria Beatriz de Oliveira (Graal); Carmélia Maria Viana da Rocha –Vice Presidenta do CEM (M.P.M); Cássia Regina Canela Vieira (Rede Feminista de Saúde); Luciana Vieira Rubim Andrade (Notório Saber). Compareceram as Conselheiras Suplentes: Flávia Josélia Nogueira (SETUR); Magda Maria Melo de Seixas Salgado(M.P.M); Marilda Silva (C.T.B); Dehonara de Almeida Silveira(SES);Isabel de Lima Lisboa-Bel (SPM); Elzelina Dóris dos Santos (SEE); Denise Maria Gattas Hallak (SEESP). Conselheiras que justificaram ausência: Larissa Amorim Borges- Presidenta do CEM (SPM);Alaíde Bagetto de Moraes(FETAEMG);Maria Aparecida da Silva(FETAEMG); Kessiane Goulart(SEE); Mara Mattos(SEC); Maria Elisa Vasconcelos (SEC). Conselheiras que não justificaram a presença: Sheila Cleonice Costa dos Santos(APNs); Sarah Aparecida dos Santos(APNs); Ana Paula Mendes(SES);Maria Helena Diniz (Graal); Lígia Maria Alves Pereira (SEPLAG);Gabriella Nair Figueiredo Noronha Pinto (SEPLAG); Fátima Cristina Pinto(SEDESE); Camila Antunes Notoro(SEESP). Convidados: Soraia Marcos (SES) ; Andrea Luiz; Yone Gonzaga(SUPIR/SEDPAC); Sílvia Contren; Viviane Araújo Pereira(SEPLAG); Ana Paula Salej Gomes(F.J.P); Weverson Murato (SEPLAG);Juliane Prado(SPGF/SEDPAC); Aline Alda Antunes Lopes (SEDA). A conselheira Carmélia Viana recebe a todas com votos de boas-vindas, sugerindo uma rodada de apresentação e justifica a ausência da Presidenta do CEM Larissa Amorim Borges por motivo de viagem à trabalho a Montes Claros. Daniela Auad, diz ser importante essas apresentações para que as propostas que surgirem fiquem registradas em ata. Yone Gonzaga da SEPIR/ SEDPAC faz sua apresentação falando da Conferência Estadual de Igualdade Racial que acontecerá nos dias 25 a 27 de agosto. As Conferências Municipais já estão sendo realizadas com algumas dificuldades. A temática é “O Brasil na Década dos Afro- Descendentes e Minas Gerais por Nenhum Direito a Menos”. Segundo Yone, todos os indicadores pontuam que a população negra, os quilombolas, indígenas, ciganos ainda são os que têm menos políticas públicas nos eixos da educação, saúde, segurança. Precisamos fazer enfrentamento a esse governo golpista, lutar por nenhum direito a menos. A Conferência é um mecanismo de participação social, é preciso participar e fortalecer esses mecanismos e desejamos elaborar um Plano Estadual de Igualdade Racial. Yone Gonzaga irá enviar o calendário para participação de todas. Seguindo a pauta Dehonara fala sobre a Conferência Estadual de Saúde da Mulher que será realizada do dia 10 a 12 de julho no Minascentro, Belo Horizonte. Segundo Dehonara foram 145 municípios que fizeram Conferências Livres, das Trabalhadoras Rurais, de Saúde da Mulher e dos Movimentos

44 Sociais. Ao todo, setecentos delegados na municipal, com esse público para
45 discutir propostas e eleger delegadas para a Conferência Nacional de Saúde em
46 agosto, Brasília. Dehonara diz que são 320 propostas em diversos temas e que
47 as mais acentuadas são Violência Contra a Mulher; Prevenção em Saúde;
48 Legalização do Aborto; LBT e em diversos temas para a mulher. A abertura
49 oficial da Conferência será as 19h00, sendo que as 14h00 haverá uma mesa
50 sobre Violência e Gênero. Gisella Lima IPR, relata que participou da Conferência
51 de Saúde da Mulher pelos Movimentos Populares e destaca ter sido frustrante e
52 que o público estava tímido, apesar da presença de mulheres aguerridas, mas é
53 preciso fortalecer a participação. Segundo Gisella foi eleito um homem ficando de
54 fora mulheres comprometidas. Gisella pergunta se outras mulheres Trans saíram
55 delegadas e destaca que Liliane de Divinópolis, negra e lésbica se elegeu
56 delegada, e é preciso falar das políticas LBT e termos representatividade.
57 Dehonara diz ter quatro ou cinco mulheres Trans foram eleitas como delegadas
58 nesta Conferência, com nome social para fazer o credenciamento. Gisella faz
59 menção ao nível de Daniela Auad que além de aclamada por todas é
60 contemplada com a belíssima voz e música da Conselheira da Educação Dóris.
61 Seguindo a pauta Dehonara destaca que foi aprovado na Comissão de
62 Constituição e Justiça do Senado Federal o Estatuto do Nascituro, no dia 24
63 último e que temos que nos posicionar. Na mesma ocasião a Câmara de Brasília
64 obriga os hospitais públicos a fazer aborto legal. Essa legislação viola os direitos
65 humanos das mulheres. Podíamos pensar uma moção do CEM para essa
66 situação. Daniela Auad sugere como encaminhamento, que o CEM faça uma
67 nota como representante, como ação na sociedade, democracia participativa e
68 mostrar para a Câmara de Brasília que estamos focadas no assunto. Carmélia
69 retoma a rodada de apresentações e convida a Conselheira Flávia Josélia
70 Nogueira da SETUR que está recém - chegada ao CEM para dizer do seu
71 trabalho. Flávia aproveita para convidar todas a participar do evento em Igarapé
72 com mulheres no fomento econômico: “Igarapé Sabor”, dando destaque ao
73 trabalho informal dessas mulheres como estrelas no setor da economia solidária
74 e social do seu núcleo familiar em parceria com a SETUR. Na sequência,
75 Carmélia convida Soraia Marcos da Saúde Mental (SES), para nos informar
76 sobre esse assunto emblemático, o sequestro de bebês, referente à Resolução
77 05 e 06 que retira das mães usuária de drogas suas crianças para adoção.
78 Segundo Soraia, no ano passado virou lei pelo Juiz da Vara da Infância da
79 Comarca de Belo Horizonte. Em julho o Juiz fez uma portaria que é aplicada às
80 maternidades públicas, determinando a notificação dessas mulheres em
81 situação de vulnerabilidade e desde então começa esse movimento de retirada
82 das crianças de suas mães. As mulheres estão se recusando a fazer o pré-natal
83 com receio de perder sua criança para adoção. O Estado de Minas junto à
84 SEDESE e SEDPAC, SES, Defesa Social faz uma resolução conjunta para
85 pautar pela garantia de direitos das mulheres e não pela recessão, definindo o
86 fluxo e entendendo que existe uma portaria discriminatória. A ALMG via
87 Deputada Marília Campos chama os parceiros para tratar dessa temática e a

88 Câmara Municipal via Vereadora Áurea Carolina também, contando com a
89 presença da Promotora da Vara da Criança e do Adolescente, Dra. Matilde.
90 Segundo Soraia Marcos- SM, vemos uma violação de direitos absurda. O
91 Conselho Tutelar não fica com a ordem efetiva dos fatos e os equipamentos que
92 estão no território não estão nesse processo. Percebe-se que o número de
93 reincidências é grande pela retirada de direitos, o desrespeito pelo que a mulher
94 fez no passado e não pelo que ela está fazendo agora, se foi usuária e não é
95 mais. Estamos num contexto machista. Alguns sindicatos se posicionaram e o
96 C.R.P apoiou esses direitos. A Saúde Mental participa dessa discussão,
97 desejando chegar a um consenso. Não se têm conhecimento que em
98 maternidades particulares e com mulheres brancas essa atrocidade aconteça,
99 pois parece que a lei não se aplica nesse contexto. Violação de direitos,
100 mulheres vulneráveis, essa é a realidade atual. Segundo Soraia Marcos a
101 Resolução do Estado tem mais poder de lei do que de Portaria, mas não se vê
102 uma solução para isso. A Conselheira Franciane Bahia, diz que em Patos de
103 Minas a ordem judicial chega três meses antes do bebê nascer, muito triste,
104 violação de direitos. Soraia destaca que essa lei não tem endereço, mas têm cor.
105 De janeiro a setembro de 2016 já existe 400 casos de crianças retiradas de suas
106 mães crianças e que a adoção dessas crianças está sendo processada muito
107 rapidamente. Luciana Rubim pergunta se foi feita denúncia aos organismos
108 internacionais. Soraia diz que coletivos estão envolvidos e se organizando e
109 publicizando essa violação, denúncias chegando e audiência realizadas na
110 ALMG, pois são muitas ações e posicionamentos acontecendo. Soraia destaca
111 que é mais fácil tirar o bebê da mãe do que ofertar políticas públicas para essa
112 mãe em situação de vulnerabilidade e que os encaminhamentos tirados aqui no
113 CEM, são válidos para fortalecer a luta e agradece por poder representar a
114 Saúde Mental nessa discussão. Daniela Auad retoma o compromisso em solicitar
115 que as notas de repúdio sejam redigidas por Luciana Rubim (Notório Saber),
116 responsável, pela elaboração das seguintes notas: para o Projeto de Lei do
117 Estatuto do Nascituro e sobre a retirada do conceito de gênero da Lei Maria da
118 Penha. Gisella- IPR sugere que essas notas sejam lidas na Conferência Estadual
119 de Saúde da Mulher. Dóris a pedido de Kassiane, Conselheira Titular da
120 Educação, destaca que o governo federal tira algumas entidades da sociedade
121 civil do Fórum Nacional de Educação e convoca empresários e pessoas do
122 governo na participação. É socializado os informes das Conferências Municipais
123 de Educação; Escola sem Partido; Diversidade de Gênero. Daniela Auad destaca
124 outro encaminhamento ao CEM, como nota de repúdio contra a inércia da mesa
125 na Conferência da Educação no caso do conselheiro Roney Gonçalves que
126 atacou verbalmente uma mulher com palavras nocivas quando da abordagem de
127 gênero, assunto que incomoda quando se trata de posturas machistas e que as
128 feministas são uma força ancestral antes da Escola sem Partido. Retomamos o
129 caso dos sequestro dos bebês e Terezinha Avelar- C.T.B, faz outro
130 encaminhamento em convidar Sônia Lansky, Cláudia Natividade, Júnia Ramon e
131 Daniele da Defensoria Pública para conhecermos as ações que estão sendo

132 feitas e tirar um documento daqui do CEM com as entidades parceiras e
133 atuarmos respaldadas em atitudes assertivas. Fica deliberado que as
134 Conselheiras Daniela Auad, Tetê e Gisella ficam responsáveis por elaborar as
135 carta para Drº Antônio Tanete da Procuradoria Geral do Ministério Público
136 Estadual e para a Defensoria Pública, solicitando apoio e providências sobre
137 adoção de crianças recém- nascidas; e outra carta para o solicitando uma
138 audiência com o Presidente do Tribunal de Justiça sobre o caso da adoção de
139 crianças. Temos como ponto de pauta, fecharmos o documento relativo ao
140 Regimento Interno, mas devido a fala dos convidados que se seguem e outros
141 assuntos da pauta, a conselheira Magda solicita ao pleno que possamos marcar
142 uma reunião extraordinária para concluirmos a matéria do R.I do CEM. Sugestão
143 acatada por todas. Carmélia convida Eliane Dias da SPM para sua apresentação
144 enquanto integrante do Comitê Transversalidade de Gênero, o seu trabalho e
145 parceiros. Sua apresentação em lâminas estará disponibilizada a todas as
146 conselheiras do CEM. Eliane Dias também sugere construirmos uma grande
147 Campanha dentro do Estado, com todas as Secretarias que tem ação
148 identificada, e organizar uma reunião presencial com as mulheres no espaço de
149 poder. Ana Salej da Fundação João Pinheiro (FJP), também após sua
150 apresentação, estará disponibilizando a matéria a todas. Juliane da
151 SPGF/SEDPAC apresenta a temática dos recursos financeiros propostos para
152 garantir orçamento na temática da mulher. Segundo Juliane, o desafio nesse
153 processo, é o que o Estado está realizando em prol das políticas para as
154 mulheres e gênero. O orçamento tem linguagem própria, pautado por várias
155 legislações. Desafio maior é montar uma matriz de leitura desse orçamento para
156 que possamos acompanhar essa rubrica e se este recurso está sendo gasto no
157 prazo. Muito importante é revisar a descrição, a implementação da ação a ser
158 realizada. O produto final é que vai ser entregue à sociedade. A SPGF vai inserir
159 essas informações no sistema no período de julho e já tem um montante para
160 2018. A revisão quantitativa é necessária para liberar recurso. A SEDPAC tem
161 programas com Proteção de Direitos Humanos e o gerente é o Secretário
162 Adjunto. Juliane dispõe a todas a sua apresentação. O CEM terá que demandar
163 as ações para as secretarias de governo e encaminhar para o Comitê de
164 Transversalidade de Gênero e Raça o que tematize gênero e mulher, bem como
165 programas e ações orçamentárias e discutir possibilidades do percentual. Como
166 o CEM faz o controle social das políticas públicas para as mulheres, terá que
167 reivindicar das secretarias tudo o que for levantado em possíveis ações para a
168 temática. Weverson- SEPLAG diz que tudo tem que estar na Loas, para
169 mensurar o recurso. Outro encaminhamento é que o CEM elabore uma
170 reivindicação por dentro dos movimentos, para interiorizar a questão dos
171 CMDMs. Weverson solicita abrir espaço para as arenas rurais, discutir questões
172 de gênero, capitalismo e xenofobia. Após as apresentações Ana Paula Salej
173 (FJP) e Juliane (SPGF) se responsabilizaram em compilar todos os documentos
174 referentes à LOAS E PPAG e enviar para o CEM. A presidenta Larissa Amorim
175 Borges, solicita que a secretaria executiva do CEM, destaque o evento da

176 retomada da Comissão Extraordinária de Mulheres da ALMG, evento realizado
177 no dia 05/07/17, no salão nobre da Casa, e ficou definido que Larissa Amorim irá
178 representar o CEM nesta Comissão Extraordinária de Mulheres da ALMG como
179 titular e que Bel será sua suplente. Já na Rede de Enfrentamento à Violência
180 contra a Mulher fica Bel como titular e Dehonara como suplente. Como último
181 ponto de pauta, o aniversário do CEM. Daniela Auad destaca que precisamos
182 interiorizar, diálogo com outros Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher.
183 Sugestões para comemoração: envolver a mídia, apresentando release com a
184 trajetória do Conselho, sendo um vídeo com personagens, informações para a
185 imprensa. Fazer um roteiro para criação de CMDMs. Dehonara sugere fazermos
186 camiseta com o mote: "Nenhum Direito a Menos", sinalizando nossa luta por
187 direitos. Podemos levar uma campanha para o interior com a temática da mulher.
188 Bel –SPM, sugere organizarmos um Seminário para marcar a data dos 34 anos
189 do CEM, que poderá ser em agosto ou setembro de acordo com as agendas das
190 conselheiras, Foi escalada uma Comissão para realizar o Seminário com as
191 respectivas conselheiras: Bel, Magda, Carmélia, Daniela Auad e Gisella.
192 Camisetas: Dehonara e Tetê. Bel sugere uma cor marcante: roxo ou lilás
193 forte. Elaboração de mídia: Daniela Auad, Tetê, Gisella e Carmélia. Fica definido
194 por todas, sujeito a alteração a data de 12 a 15 de setembro para o Seminário. A
195 próxima plenária será dia 04/08/17. Bel sugere que a 2ª Reunião Extraordinária
196 do Regimento Interno, seja dia 21 de agosto para fechar o documento com a
197 presença da Comissão: Bel, Maria Elisa, Gabriella, Camilla, Daniela Auad,
198 Gisella, Cida, Maria Lyra e Magda Seixas. Carmélia encerra a reunião
199 agradecendo a colaboração de todas em nossas ações reiterando votos de
200 participação. Nada mais havendo a acrescentar, eu, Christina Diniz, lavro a
201 presente ata que vai assinada por todas.

202 Daniela Auad (Notório Saber);

203 Gisella Pereira Lima (I.P.R);

204 Maria Beatriz de Oliveira (Graal);

205 Carmélia Maria Viana da Rocha (M.P.M);

206 Cássia Regina Canela Vieira (Rede Feminista de Saúde);

207 Luciana Vieira Rubim Andrade (Notório Saber).

208 Flávia Josélia Nogueira (SETUR);

209 Magda Maria Melo de Seixas Salgado(M.P.M);

210 Marilda Silva (C.T.B);

211 Dehonara de Almeida Silveira(SES);

212 Isabel de Lima Lisboa- Bel (SPM);

213 Elzelina Dóris dos Santos (SEE);

214 Denise Maria Gattas Hallak (SEESP).

215

DELIBERAÇÕES DA PLENÁRIA DO CEM - 07 DE JULHO DE 2017				
Nº	DELIBERAÇÕES	RESPONSÁVEL	PRAZO	STATUS
1	Elaborar notas de repúdio, Projeto de Lei que faz referência a questão do Aborto e Estatuto do Nascituro	Conselheira/ Luciana		
2	Elaborar notas de repúdio, retirando conceito de Gênero da Lei Maria da Penha.	Conselheira/Luciana		
3	Encaminhar Notas de Repúdio para Plenária da Conferência Municipal de Saúde da Mulher	Conselheira /Gisela		
4	Elaborar carta solicitando apoio e providências sobre adoção de crianças recém -nascidas, para Procuradoria Geral do Ministério Público Estadual . Drº Antônio Sérgio Tanete	Conselheiras/Gisella, Tetê, Daniela Aaud		
5	Elaborar carta solicitando apoio e providências sobre adoção de crianças recém-nascidas para a Defensoria Pública Estadual	Conselheiras / Gisella, Daniela Auad, Tetê		
6	Elaborar Carta solicitando Audiência sobre adoção de crianças recém-nascidas, para o Presidente do Tribunal de Justiça	Conselheiras/ Daniela Auad, Gisella e Tetê		
7	Construir uma grande Campanha dentro do Estado com todas as Secretarias que tem ação identificada, organizar uma reunião presencial com as mulheres no espaço de poder dentro do Estado.	Eliane Dias		
8	Compilar todos os documentos referente a LOAS e enviar para o Conselho	Ana Paula Salej (Fundação João Pinheiro)e Juliene (SPGF)		
9	Elaborar Ofício para Secretarias Solicitando Informações das Ações Orçamentárias que tematizam Gênero e Mulheres.	Larissa e Carmélia		
	Seminário Proposta de Celebração do Aniversário do CEM	Bel, Magda Seixas, Carmélia, Cássia,		
10	Seminário data prevista para realizar entre 12 e 15 de setembro sujeito a alteração	Conselheiras		
11	Organização e Elaboração de mídia	Daniela Auad, Tetê, Gisella, Carmélia		
12	Organização e Confeção de Camisas para o Seminário	Dehonara , Tetê		
13	Comissão Regimento Interno dia 21 de agosto	Bel, Maria Elisa, Gabriella , Camila, Daniela Auad, Maria Lyra, Gisella Magda, Cida,		

216